

Projeto Diretrizes

Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina

Diagnóstico e Tratamento da Depressão

Associação Brasileira de Psiquiatria

Elaboração Final: 8 de março de 2001

Autoria: Fleck MPA, Lafer B, Sougey EB, Del Porto JA, Brasil MA, Juruena MF

O Projeto Diretrizes, iniciativa conjunta da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina, tem por objetivo conciliar informações da área médica a fim de padronizar condutas que auxiliem o raciocínio e a tomada de decisão do médico. As informações contidas neste projeto devem ser submetidas à avaliação e à crítica do médico, responsável pela conduta a ser seguida, frente à realidade e ao estado clínico de cada paciente.

Projeto Diretrizes

Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina

DESCRÍÇÃO DO MÉTODO DE COLETA DE EVIDÊNCIAS:

O desenvolvimento destas diretrizes foram baseados em quatro documentos que utilizam metodologia da Medicina baseada em evidências elaborados por Instituições ou Grupos de notório saber: Associação Inglesa de Psicofarmacologia⁷, Associação Americana de Psiquiatria, Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos¹⁵ e o Comitê de Prevenção e Tratamento de Depressão da Associação Mundial de Psiquiatria⁵.

GRAU DE RECOMENDAÇÃO E FORÇA DE EVIDÊNCIA:

- A: Grandes ensaios clínicos aleatorizados e meta-análises.
- B: Estudos clínicos e observacionais bem desenhados.
- C: Relatos e séries de casos clínicos.
- D: Publicações baseadas em consensos e opiniões de especialistas.

OBJETIVOS:

1. Destacar os aspectos consensuais em relação a importância do diagnóstico de depressão.
2. Orientar os princípios que regem o tratamento dos episódios depressivos.

Projeto Diretrizes

Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina

PREVALÊNCIA E DIAGNÓSTICO

A depressão é um problema freqüente¹⁻⁵(B).

A prevalência anual de depressão na população em geral varia entre 3% a 11%¹⁻³(B). Em pacientes de cuidados primários em saúde é de 10%⁴(D). Em pacientes internados por qualquer doença física a prevalência de depressão varia entre 22% a 33%⁵(B).

A depressão é mais freqüente em mulheres⁶(C).

A prevalência de depressão é 2 a 3 vezes mais freqüente em mulheres do que em homens.

A depressão é um transtorno recorrente⁷(A).

Aproximadamente 80% dos indivíduos que receberam tratamento para um episódio depressivo terão um segundo episódio depressivo ao longo de suas vidas, sendo 4 a mediana de episódios ao longo da vida.

A depressão é um transtorno incapacitante⁸(B).

A depressão foi estimada como a quarta causa específica nos anos 90 de incapacitação através de uma escala global para comparação de várias doenças.

Distímia é tão ou mais

incapacitante que o episódio depressivo⁹⁻¹⁴(A).

Estudos naturalísticos mostram que o comprometimento do funcionamento social e ocupacional da distímia é maior do que o dos episódios depressivos.

TRATAMENTO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os antidepressivos são efetivos no tratamento agudo das depressões moderadas e graves¹⁵⁻¹⁹(A).

O índice de resposta em amostras com intenção de tratamento (*intention-to-treat*) variam entre 50% a 65% contra 25% a 30% mostrada por placebo em estudos clínicos randomizados^{15,18,19}(D). Os antidepressivos não mostraram vantagens em relação ao placebo em depressões leves, pois uma boa resposta é observada em ambos^{16,17}(A).

Projeto Diretrizes

Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina

Os antidepressivos são efetivos no tratamento agudo da distimia²⁰(A)

Uma meta-análise de 15 ensaios clínicos randomizados para tratamento de distimia mostrou que 55% dos pacientes respondem a antidepressivos comparado com 30% ao placebo.

Tratamentos psicológicos específicos para episódio depressivo são efetivos, com maior evidências para depressões leves a moderadas²¹⁻²⁵(A).

Estudos controlados mostraram que psicoterapia cognitiva^{21,24}(A), psicoterapia interpessoal²⁵(D) e psicoterapia de solução de problemas²²(A) são efetivas no tratamento dos episódios depressivos leves a moderados²³(D).

Os diferentes antidepressivos têm eficácia semelhante para a maioria dos pacientes deprimidos, variando em relação ao seu perfil de efeitos colaterais e potencial de interação com outros medicamentos^{7,26-28}(A)

Revisões sistemáticas e estudos de meta-análise sugerem que os antidepressivos comumente disponíveis têm eficácia comparável para a maioria dos pacientes vistos em cuidados primários ou em ambulatório.

Os antidepressivos Inibidores Seletivos de Recepção de Serotonina têm mais chance do que os tricíclicos de serem prescritos em doses e por tempo recomendados^{7,29-33}(A).

Existe uma evidência consistente de que os antidepressivos tricíclicos são prescritos em doses inferiores e por um tempo mais curto que os recomendados²⁹⁻³³(B). O uso ISRS está associado com menor índice de abandono de tratamento comparado com os tricíclicos^{7,32}(A).

Novos antidepressivos são mais caros que as drogas mais antigas, mas os dados de fármaco-economia não favorecem um antidepressivo em detrimento de outro³⁴(A).

Simon (1999) mostrou que o custo geral do tratamento com ISRS e tricíclicos se aproxima.

A eletroconvulsoterapia (ECT) é o tratamento antidepressivo disponível mais eficaz. No entanto, ele não é utilizado como tratamento inicial para depressão em função de seus efeitos colaterais, necessidade de anestesia geral e estigma social³⁵⁻⁴⁰(A).

Estudos de meta-análise têm mostrado que a eletroconvulsoterapia tem eficácia superior ao placebo, à ECT simulada e à medicação antidepressiva^{37,38}(A). A proporção de pacientes com depressão maior que respondem à ECT situa-se entre 80% a 90%⁴⁰(D). A ECT pode ser efetiva na metade dos pacientes com depressão maior que não responderam a medicamentos antidepressivos³⁵(A)^{36,39}(D).

CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS

Entrevistas com freqüência semanal no início do tratamento estão associadas com maior adesão e melhores resultados a curto prazo^{7,41,42}(A).

A comparação de rotinas usuais dos serviços com entrevistas semanais nas primeiras 4 a 6 semanas mostraram melhores resultados dos pacientes que seguiram o regime semanal^{41,42}.

A necessidade da monitorização de resposta, efeitos colaterais, adesão a tratamento e risco de suicídio também reforçam a freqüência semanal como a recomendável na fase inicial do tratamento⁷.

Projeto Diretrizes

Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina

A resposta a tratamento agudo com antidepressivo ocorre entre 2 a 4 semanas após o início do uso^{7,43,44} (A).

A resposta a antidepressivo costuma ocorrer entre a segunda e a quarta semana de uso, embora alguns pacientes respondam em 6 semanas^{43,44}.

As estratégias utilizadas quando um paciente não responde ao tratamento com medicamento antidepressivo consiste em: a) aumento de dose⁷(A); b) potencialização^{35,45}(A); c) associação de antidepressivos^{46,47}(B); d) troca de antidepressivo¹⁵(D); e) Eletroconvulsoterapia³⁵(A)^{36,48}(D); f) associação com psicoterapia^{49,50}(A).

Existem evidências limitadas sobre qual estratégia seria a melhor alternativa quando da não resposta a um tratamento inicial proposto.

O planejamento de um tratamento antidepressivo envolve a fase aguda, de continuação e de manutenção, cada uma com objetivos específicos⁵¹(D).

Um terço dos pacientes com episódio depressivo com remissão inicial recaem no primeiro ano⁵²(D).

Os índices de recaída são estimados em 20% a 24% nos primeiros 2 meses, 28% a 44% aos 4 meses e 27% a 50% aos 6 meses e 37% a 54% aos 12 meses.

O tratamento antidepressivo de continuação por 6 meses reduz o risco de recaída⁵³(A).

Uma meta-análise de estudos com pacientes em episódio depressivo tratados com antidepressivo por 2 a 6 meses além da remissão, mostra uma redução do risco de recaída de 50% quando comparado com placebo.

A dose efetiva do tratamento de continuação⁵⁴(B) e de manutenção^{55,56}(A) é a mesma do tratamento agudo.

Estudos naturalísticos mostram que quando a dose do tratamento de continuação foi a mesma do tratamento agudo, houve menos recaída em relação ao grupo que reduziu a dose⁵⁴. Dois estudos controlados mostraram uma taxa mais alta de recorrência em pacientes cujo tratamento de manutenção foi realizado com a metade da dose do tratamento agudo nos 2 a 3 anos seguintes^{55,56}.

O tratamento de manutenção reduz a taxa de recorrência em pacientes que têm 3 ou mais episódios nos últimos 5 anos^{32,54,56}(A).

Estudos controlados envolvendo pacientes com episódios depressivos recorrentes (tipicamente 3 nos últimos 5 anos) demonstraram que a manutenção de um medicamento antidepressivo previne a recorrência nos próximos 1 a 5 anos.

Projeto Diretrizes

Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Jenkins R, Lewis G, Bebbington P, et al. The National Psychiatric Morbidity Survey of Great Britain – initial findings from the household surveys. *Psychol Med* 1997; 27: 775-89.
2. Kessler RC, McGonagle KA, Zhao S, et al. Lifetime and 12-month prevalence of DSM-III-R psychiatric disorders in the United States. *Arch Gen Psychiatry* 1994; 51:8-19.
3. Regier DA, Narrow WE, Rae DS. The de facto US mental and addictive disorders service system: Epidemiologic Catchment Area prospective 1 year prevalence rates of disorders and services. *Arch Gen Psychiatry* 1993; 50:85-94.
4. Ustun TB, Sartorius N, editors. Mental illness in primary care: international study. New York: John Wiley & Sons; 1995.
5. World Psychiatric Association. Educational program on depressive disorders. Overview and fundamental aspects. New York: NCM; 1997.
6. Weissman MM, Bland RC, Canino GJ, et al. Cross-national epidemiologic of major depression and bipolar disorder. *JAMA* 1996; 276:293-9.
7. Anderson IM. Selective serotonin reuptake inhibitors versus tricyclic antidepressants: a meta-analysis of efficacy and tolerability. *J Affect Disord* 2000; 58:19-36.
8. Murray CJL, Lopez AD. Global mortality, disability and the contribution of risk factors: global burden of disease study. *Lancet* 1997; 349:1436-42.
9. Cassano GB, Perugi G, Musetti L, et al. The nature of depression presenting concomitantly with panic disorder. *Compr Psychiatry* 1989; 30:473-82.
10. Johnson J, Weissman MM, Klerman GL. Service utilization and social morbidity associated with depressive symptoms in the community. *JAMA* 1992; 267:1478-83.
11. Leader JB, Klein D. Social adjustment in dysthymia, double depression and episodic major depression. *J Affect Disord* 1996; 37:91-101.
12. Spitzer RL, Williams JB, Kroenke K, et al. Utility of a new procedure for diagnosing mental disorders in primary care. The PRIME-MD 1000 study. *JAMA* 1994; 272:1749-56.
13. Stewart JW, Quitkin FM, McGrath PJ, et al. Social functioning in chronic depression: effect of 6 weeks of antidepressant treatment. *Psychiatric Res* 1998; 25:213-22.
14. Wells KB, Stewart A, Hays RD, et al. The functioning and well-being of depressed patients: results from the medical outcomes study. *JAMA* 1989; 262:916-19.
15. Depression Guideline Panel (1993b). Clinical Practice Guideline number 5. Depression in Primary Care, vol 2. Treatment of major depression. US Department of Health and Human Services. Agency for Health Care Policy and Research, Rockville.
16. Katon W, Robinson P, Von Korff M, et al. A multifaceted intervention to improve treatment of depression in primary care. *Arch Gen Psychiatry* 1996; 53:924-32.

17. Paykel ES, Hollyman JA, Freeling P, et al. Predictors of therapeutic benefit from amitriptyline in mild depression: a general practice placebo-controlled trial. *J Affect Disord* 1988; 14:83-95.
18. Schulberg HC, Katon W, Simon G, et al. Treating major depression in primary care practice: an update of the Agency for Health Care Policy and Research Practice Guidelines. *Arch Gen Psychiatry* 1998; 55:1121-7.
19. Schulberg HC, Katon W, Simon G, et al. Best clinical practice guidelines for managing major depression in primary medical care. *J Clin Psychiatry* 1999; 60: 19-26.
20. Lima MS, Moncrieff J. Drugs versus placebo for dysthymia (Cochrane Review). In: The Cochrane Library, issue 4; 2000. Oxford: Update Software.
21. Gloaguen V, Cottraux J, Cucherat M, et al. A meta-analysis of the effects of cognitive therapy in depressed patients. *J Affect Disord* 1998; 49:59-72.
22. Mynor-Wallis L, Gath D. Predictors of treatment outcome for major depression in primary care. *Psychol Med* 1997; 27:731-6.
23. Persons JB, Thase ME, Crits CP. The role of psychotherapy in the treatment of depression: review of two practice guidelines. *Arch Gen Psychiatry* 1996; 53:283-90.
24. Scott J. Psychological treatments for depression: an update. *Br J Psychiatry* 1995; 167:289-92.
25. Weissman MM, Markowitz JC. Interpersonal psychotherapy: current status. *Arch Gen Psychiatry* 1994; 51:599-606.
26. Anderson IM. Lessons to be learnt from meta-analysis of newer versus older antidepressants. *Adv Psychiatric Treat* 1997; 3:58-63.
27. Geddes JR, Freemantle N, Mason J, et al. SSRI versus alternative antidepressants in depressive disorders (Cochrane Review). In: Cochrane Library. issue 4; 1999. Oxford: Update Software.
28. Song F, Freemantle N, Sheldon TA, et al. Selective serotonin reuptake inhibitors: meta-analysis of efficacy and acceptability. *Br Med J* 1993; 306:683-7.
29. Donoghue J. Sub-optimal use of tricyclic antidepressant in primary care. *Acta Psychiatrica Scandinavica* 1998; 98:429-31.
30. Dunn RL, Donoghue J, Ozminkowski RJ, et al. Longitudinal patterns of antidepressant prescribing in primary care in the UK: comparison with treatment guidelines. *J Psychopharmacol* 1999; 13:136-43.
31. Isacsson G, Boethius G, Henriksson S, et al. Selective serotonin reuptake inhibitors have broadened the utilisation of antidepressant in accordance with recommendations. Findings from a Swedish prescription database. *J Affect Disord* 1999; 53:15-22.
32. Montgomery AS. Long-term treatment of depression. *Br J Psychiatry* 1994; 165:31-6.
33. Rosholt JU, Gram LF, Isacsson G, et al. Changes in the pattern of antidepressant use upon the introduction of the new antidepressants: a prescription database study. *Eur J Clin Psychopharmacol* 1997; 52:205-9.

Projeto Diretrizes

Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina

34. Simon GE, Heiligenstein JH, Revicki DA, et al. Long-term outcomes of initial antidepressants drug treatment choice in a "real world" randomized trial. *Arch Fam Med* 1999; 8:319-25.
35. Aronson R, Offman HJ, Joffe RT, et al. Triiodothyronine augmentation in the treatment of refractory depression. A meta-analysis. *Arch Gen Psychiatry* 1996; 53:842-8
36. Devanand DP, Sackheim HA, Prudic J. Electroconvulsive therapy in the treatment-resistant patient. *Psychiatr Clin North Am* 1991; 14:905-23.
37. Janicak PG, Davis JM, Gibbons RD, et al. Efficacy of ECT: a meta-analysis. *Am J Psychiatry* 1985; 142:297-302.
38. Parker G, Roy K, Hadzi-Pavlovic D, et al. Psychotic (delusional) depression: a meta-analysis of physical treatments. *J Affect Disord* 1992; 24:17-24.
39. Paul SM, Extein I, Calil HM, et al. Use of ECT with treatment-resistant depressed patients at the National Institute of Mental Health. *Am J Psychiatry* 1981; 138:486-9.
40. Weiner RD. Electroconvulsive therapy. In: Gabbard G. *Treatments of psychiatric disorders*. Washington: American Psychiatric Press; 1995. p. 1237-62.
41. Katon W, Von Korff M, Lin E, et al. Collaborative management to achieve treatment guidelines. Impact of depression in primary care. *JAMA* 1995; 273:1026-31.
42. Schulberg HC, Block MR, Madonia MJ, et al. Treating major depression in primary care prac-
- tice. Eight-month clinical outcomes. *Arch Gen Psychiatry* 1996; 53:913-9.
43. Quitkin FM, Rabkin JG, Ross D, et al. Duration of antidepressant drug treatment. What is an adequate trial? *Arch Gen Psychiatry* 1984; 41:238-45.
44. Quitkin FM, McGrath PJ, Stewart JW, et al. Chronological milestones to guide drug change. When should clinicians switch antidepressants? *Arch Gen Psychiatry* 1996; 53:785-92.
45. Austin MPV, Souza FGM, Goodwin GM. Lithium augmentation in antidepressants-resistant patients: a quantitative analysis. *Br J Psychiatry* 1991; 159:510-4.
46. Eisen A. Fluoxetine and desipramine: a strategy for augmenting antidepressant response. *Pharmacopsychiatry* 1989; 22:272-3.
47. Weilberburg JB, Rosenbaum JF, Biederman J, et al. Fluoxetine added to non-IMAQ antidepressants converts non-responders to responders: a preliminary report. *J Clin Psychiatry* 1989; 50:447-9.
48. Nobler MS, Sackeim HA. Refractory depression and electroconvulsive therapy. In: Nolen WA, Zohar J, Roose SP, Amsterdam J, editors. *Refractory depression: current strategies and future directions*. Chichester: John Wiley e Sons 1994. p. 69-81.
49. Guthrie E, Moorey J, Margison F, et al. Cost-effectiveness of brief psychodynamic-interpersonal psychotherapy in high utilizers of psychiatric services. *Arch Gen Psychiatry* 1999; 56:519-26.

50. Thase ME. Psychotherapy of refractory depressions. *Depress Anxiety* 1997; 5:190-201.
51. Kupfer DJ. Long-term treatment of depression. *J Clin Psychiatry* 1991; 52: 28-34.
52. Belsher G, Costello CG. Relapse after recovery from unipolar depression: a critical overview. *Psychol Bull* 1988; 104:84-96.
53. Loonen AJ, Peer PG, Zwanikken GJ. Continuation and maintenance therapy with antidepressants agents. Meta-analysis of research. *Pharmacol Week Sci* 1991; 13:167-75.
54. Dawson R, Lavori PW, Coryell WH, et al. Maintenance strategies for unipolar depression: an observational study of levels of treatment and recurrence. *J Affect Disord* 1998; 49:31-44.
55. Franchini L, Gasperini M, Perez J, et al. Dose response efficacy of paroxetine in preventing depressive recurrences: a randomized double-bind study. *J Clin Psychiatry* 1998; 59: 229-32.
56. Frank E, Kupfer DJ, Perel JM, et al. Three-year outcomes for maintenance therapies in recurrent depression. *Arch Gen Psychiatry* 1990; 47:1093-9.